

Relatório de gestão

2009



**Conselho
Federal de
Psicologia**



Relatório de Gestão

2009

Sumário

1- Políticas	6
1.1 - Educação	6
1.2 - Direitos Humanos	7
1.3 - Ano da Psicoterapia	8
1.4 - Comunicação	8
1.5 - Psicologia do Trânsito	9
1.6 - Envelhecimento	10
1.7 - Álcool e outras drogas	11
1.8 - Criança e Adolescente	12
1.9 - Assistência Social	13
1.10 - Psicologia em interface com a Justiça	13
1.11 - Mulheres	13
1.12 - Emergências e desastres	14
1.13 - Saúde	14
1.14 - América Latina	16
1.15 - Diversidade Sexual	16
1.16 - Psicologia Crítica do trabalho	17
1.17 - Segurança pública	18
1.18 - Crepop	18
1.19 - Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos	19
2 - Orientação e fiscalização do exercício profissional	20
2.1 - Avaliação psicológica.....	20
2.2 - Ética	20
2.3 - Processos éticos	20
2.4 - Resoluções	20
2.5 - Título de especialista	21
2.6 - Credenciamento dos cursos de especialização	22
2.7 - Credenciamento de sites.....	23
2.8 - Alteração na Lei nº 5.766/71	23
3 - Publicações	24
3.1 - Periódicos	24
3.2 - Projeto Memória da Psicologia	25
3.3 - Lista de relatórios de eventos e atividades publicados.....	25
3.4 - Publicações do Crepop	26
3.5 - Digitalização de vídeos institucionais do Sistema Conselhos de Psicologia	26
3.6 - Sites, hotsites e sistemas para inscrição on line em eventos	26
3.7 - Bvs-Psi Brasil e Bvs Ulapsi.....	27
4 - Reuniões	30
4.1 - Fóruns e representações	31
5 - Manifestos	34
6 - Administrativo financeiro	35
7 - Assessoria Parlamentar	36
8 - Nova Sede	37
9 - Assessoria Jurídica	38
10 - Corpo Funcional CFP 2009 em 31/12/2009	39

1 Políticas

1.1 Educação



O Ano da Educação na Psicologia, iniciado em 2008, foi finalizado ao longo de 2009 com a realização de seminários regionais e do Seminário Nacional do Ano da Psicologia na Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos. O ano foi marcado pela convergência de esforços da categoria para construir referências técnicas e políticas sobre a atuação do psicólogo escolar e educacional na perspectiva de uma educação para todos. Os encaminhamentos delinearam ações para políticas públicas educacionais, formação profissional, organização da categoria e prática do psicólogo no campo da educação.

Cerca de 4.692 psicólogos, aproximadamente 3,4% do conjunto de profissionais, participaram de atividades do Ano Temático da Educação no Sistema Conselhos. O formato mais utilizado nos eventos, nas seções, nas subseções e nos regionais, foi o de oficinas para discussão dos quatro eixos temáticos.

Os debates e os encaminhamentos foram publicados no livreto "Seminário Nacional do Ano da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos".

Em junho, entrou na Ordem do Dia do Plenário do Senado Federal o Projeto de Lei (PLC) 60/2007, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de

educação básica. O Plenário do Senado Federal aprovou o PL no dia 1º de dezembro de 2009. Após voltar do recesso, os senadores devem votar a proposta em turno suplementar, mas não devem alterar o que já está aprovado.

O texto do PL está entoadado com a perspectiva defendida pelo Sistema Conselhos, do psicólogo como profissional parceiro de gestores, professores, outros trabalhadores e membros da comunidade escolar, que atuarão na implantação de projetos pedagógicos que promovam a inclusão social e a consolidação de escolas democráticas, bem como na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e na mediação das relações sociais e institucionais.

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) manteve campanha para o envio de e-mails para os senadores, apoiando o PL. Após aprovação no Senado, o PL volta para a Câmara, onde termina sua tramitação. Ele recebe o apoio do CFP, de diversas entidades relacionadas à Psicologia e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

Também em 2009, o Conselho Federal de Psicologia foi autorizado, pelo Ministério da Educação, a participar como observador das reuniões de preparação da Conferência Nacional de Educação, prevista para 2010.

Ganhou destaque, ao longo do ano, a questão da inscrição de egressos dos cursos de bacharelado em Psicologia nos Conselhos Regionais (CRPs). Um impasse foi criado porque o Ministério da Educação (MEC)

passou a denominar cursos de Psicologia como bacharelado. Como, para a Psicologia, os cursos de bacharelado não conferem ao formando a possibilidade e a condição de exercer a profissão, pois são voltados para a pesquisa, com carga horária reduzida e sem estágios, os conselhos não têm inscrito profissionais com essa formação como psicólogos.

O Sistema Conselhos de Psicologia, por meio de grupo de trabalho formado por cinco CRPs e pelo CFP, manteve contato com conselheira do Conselho Nacional de Educação (CNE), para discutir os entraves da mudança para a Psicologia. O MEC explicou que a nova nomenclatura deveria manter a carga horária e as diretrizes da formação em Psicologia, voltada para o exercício da profissão.

A partir de reuniões realizadas com o MEC, foi feito acordo verbal entre CFP/CRPs e MEC de que os CRPs poderão consultar o MEC sempre que existir dúvida sobre os diplomas serem ou não advindos da formação profissional adequada. O MEC por sua vez emitirá notas técnicas acerca de cada curso, visando esclarecer as dúvidas dos CRPs. Esse acordo ainda deverá ser formalizado, e, com isso, os egressos das turmas de formação de bacharelado em Psicologia, que são consoantes com as novas diretrizes curriculares, terão direito ao registro nos CRPs.

Prêmio Experiências profissionais na construção de processos educativos na escola

A edição do Prêmio Profissional em 2009 selecionou trabalhos sobre experiências na construção de processos educativos na escola. Foram recebidos 42 textos: 27 na categoria Individual e 15 na categoria Equipe. Os estados que mais submeteram trabalhos foram São Paulo (11), Santa Catarina (7), Rio Grande do Sul (6), Minas Gerais (5), Rio de Janeiro (3). Os estados de Tocantins, Bahia e Espírito Santo submeteram dois trabalhos cada; Goiás, Paraná, Sergipe e Roraima enviaram um trabalho cada.

Os prêmios foram concedidos em duas categorias: trabalho individual e trabalho em equipe. Em cada uma delas, foram premiados 1º, 2º e 3º lugares, além de uma menção honrosa. A comissão julgadora foi formada pela Conselheira do CFP Iolete Ribeiro, pelos professores Mercedes Cupolillo, Rosiléa Maria Roldi Wille, Jorge Sarriera, Tânia Brasileiro, Roberta Azzi e Clayse Marinho.

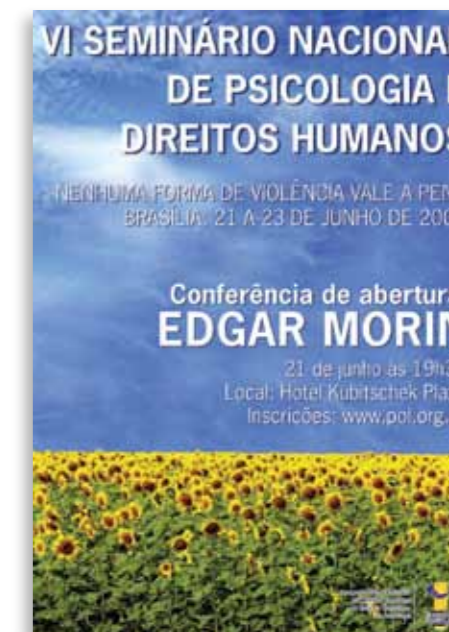
1.2 Direitos Humanos

No campo da defesa dos Direitos Humanos e do combate à violência, o Conselho Federal de Psicologia organizou o VI Seminário Nacional de Direitos Humanos: nenhuma forma de violência vale a pena, realizado em Brasília de 21 a 23 de junho, com o tema "Política de Civilização, Política da Humanidade".

A conferência de abertura, com auditório lotado, teve a participação do sociólogo francês Edgar Morin, que explicitou os paradoxos com os quais convivemos nas sociedades contemporâneas.

Durante a abertura houve homenagem ao indígena Jacir José de Souza Macuxi, uma das principais lideranças na luta pela terra e também na reestruturação econômica de povos que vivem na terra indígena Raposa Serra do Sol.

O seminário abordou aspectos da violência e da proteção dos direitos humanos com as mesas Violência Institucional e Violência nos Locais de Isolamento; Intolerância às Diversidades Culturais, Sexuais e Raciais e Criminalização dos Movimentos Sociais.



Os participantes elaboraram carta aberta sobre a necessidade urgente da abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira para que efetivamente se possa resgatar a memória e a dignidade das vítimas e responsabilizar os executores dos crimes contra os cidadãos e a sociedade brasileira.

Foi criado um hot site (<http://seminariodh.pol.org.br>) com informações sobre o evento, inscrição online e apresentação sobre o tema, além de material de divulgação do evento.

1.3 Ano da Psicoterapia

O Sistema Conselhos elegeu 2009 como o Ano da Psicoterapia. Nessa ótica, provocou-se grande debate nacional, com o objetivo de discutir o exercício da psicoterapia pelos psicólogos e definir parâmetros mínimos para a atuação da categoria na área. O acompanhamento das discussões foi feito pelo Conselho Federal de Psicologia, em parceria com os Conselhos Regionais, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e a Associação Brasileira de Psicoterapia (Abrap).

Para nortear as discussões, a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) definiu três eixos temáticos: a constituição das psicoterapias como campo interdisciplinar; parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos e relações com os demais grupos profissionais.

Foram realizadas, ao longo do ano, 160 atividades, entre seminários, palestras, oficinas, plenárias, mesas redondas, fóruns regionais e encontros sobre os eixos temáticos nos diferentes Conselhos Regionais, com o intuito de preparar contribuições para o Seminário Nacional Ano da Psicoterapia, realizado entre

1º e 3 de outubro de 2009, em Brasília.

Seguindo os objetivos traçados pelo Ano da Psicoterapia, os resultados das discussões ocorridas dos CRPs e sintetizados no Seminário Nacional foram enviados para a Apaf em dezembro de 2009. Nele, foi aprovado o Relatório do Ano da Psicoterapia e foi proposta a continuidade da discussão entre a categoria.

1.4 Comunicação

Um ano de luta pela democracia na comunicação

Em 2009, a Psicologia seguiu consolidando sua atuação na luta por uma comunicação democrática no Brasil. O CFP e o Coletivo de Comunicação do Sistema Conselhos de Psicologia elaboraram diretrizes, que se tornaram as propostas da área para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009, em Brasília.

Na Confecom, o Coletivo de Comunicação do CFP e do Sistema Conselhos de Psicologia esteve representado por 30 delegados e alguns observadores. Os psicólogos se dividiram entre os grupos de trabalho que

tinham temas relacionados às propostas da Psicologia para a conferência e conseguiram conquistas. Entre as propostas aprovadas, as que se relacionam com a Psicologia:

- Fim da publicidade dirigida às crianças, regulamentando princípios presentes na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Código de Defesa do Consumidor;
- Ampliação da política de classificação indicativa, com previsão de inclusão, além da já existente indicação etária, de informações sobre o conteúdo do programa, áudio e linguagem de Libras;
- Regulação da publicidade de bebidas alcoólicas.

Para subsidiar a categoria para a militância e para o trabalho diário na luta pela democratização da comunicação, o Sistema Conselhos produziu diversos materiais. Foram criados uma página na internet (<http://comunicacao.pol.org.br>), cinco vídeos – um para cada diretriz –, informes eletrônicos, panfleto, cartazes, faixas, camiseta e a publicação Contribuições da Psicologia para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, fruto do Seminário Preparatório para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação: Contribuições da Psicologia, realizado entre os dias 23 e 25 de julho, em Brasília.

1.5 Psicologia do Trânsito

Trânsito e Mobilidade Urbana

No debate on line realizado em agosto de 2009 sobre Psicologia e Mobilidade Urbana, observou-se o acesso de mais de 400 pontos espalhados pelo Brasil, o que fortaleceu a mobilização para a construção do Seminário Nacional de Psicologia e Mobilidade: o espaço público como direito de todos, realizado entre 22 e 24 de outubro, em São Paulo. O seminário foi acompanhado on line por 1.716 pontos conectados ao longo dos três dias e foi assistido presencialmente 181 pessoas. A Psicologia tem contribuído na discussão da interface do trânsito com a mobilidade, devido ao entendimento de que não se pode mais restringir a atuação do psicólogo à avaliação psicológica de motoristas. Observa-se que o fenômeno trânsito, no mundo inteiro, tem tido impactos diretos sobre planejamento urbano, habitação, meio ambiente, mobilidade, qualidade de vida e também sobre saúde pública. Temas como a preocupação em projetar espaços nas cidades que visem ao homem e às suas experiências; a necessidade da implementação do transporte multimodal; a expansão do transporte coletivo e não do automóvel particular; o impacto da motorização exacerbada nas diversas formas de mobilidade e o impacto disso na subjetividade das pessoas; a exclusão espacial em



que vivem milhares de brasileiros foi abordada não somente pela ótica da Psicologia, mas também pela ótica de vários segmentos sociais e áreas do conhecimento.

O intuito do seminário foi começar a delinear contribuições da Psicologia nesses temas, ampliando as perspectivas de atuação na área. O CFP mantém a Comissão ad hoc de Psicologia do Trânsito e Mobilidade para dar continuidade ao debate e para cuidar da publicação resultante do seminário.

Psicologia e Avaliação Psicológica de Motoristas

Em julho, foi publicada a Resolução CFP nº 007/2009, que revoga a resolução nº 012/2000 e institui normas e procedimentos para a avaliação psicológica de motoristas. Ela atualiza algumas questões, objetivando adequar as atividades dos psicólogos com o que rege a Resolução CONTRAN nº 267/08, e detalha os requisitos que devem ser observados pelos psicólogos no processo de avaliação psicológica para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. A nova resolução traz inclusive dois anexos que poderão auxiliar o trabalho dos psicólogos: uma sugestão de roteiro para entrevista e um texto sobre referências de percentis.

Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito

Ao longo do ano, fortaleceu-se a relação do CFP com o Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito (MNDT). O CFP tem enviado representantes do MNDT a eventos nacionais, representando e defendendo as ideias do movimento, a exemplo da participação no X Fórum Internacional em Saúde: Acidentes de Trânsito e a Cultura da Paz na Amazônia Ocidental e II Fórum de Saúde Coletiva do Estado do Acre, realizado de 15 a 18 de setembro de 2009, bem como no Seminário Nacional Psicologia e Mobilidade – evento do CFP em São Paulo. Além disso, desde 2007, o CFP envia boletins sobre o andamento das reuniões telefônicas aos parceiros do movimento, envia ofícios de aprovação ou reprovação a projetos de lei referentes ao trânsito, transporte e mobilidade e continua na Secretaria Executiva do MNDT, obtendo boa avaliação dos participantes em relação à atuação crítica da Psicologia nas políticas públicas de trânsito. Mais informações no site <http://www.mndt.pol.br>.

1.6 Envelhecimento

Um dos destaques na área do envelhecimento foi a participação inédita do Conselho Federal de Psicologia na 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), realizada entre os dias 18 e 20 de março, em Brasília, que teve como principal objetivo construir políticas públicas voltadas para o segmento idoso da população brasileira. Estiveram presentes 536 delegados, do poder público e da sociedade civil, entre eles psicólogos, que se reuniram durante a Conferência. O CFP divulgou panfleto com perspectivas da Psicologia sobre os direitos e a subjetividade da pessoa idosa.

A inserção do CFP pela primeira vez na CNDPI foi resultado de deliberações da categoria nos últimos Congressos Nacionais de Psicologia, que levaram o CFP a construir a possibilidade de ter assento no Conselho Nacional do Idoso desde o final de 2008.

O apoio ao III Congresso Ibero-Americano de Psicogerontologia – Subjetividade, Cultura e Poder e no III Congresso Latino-Ame-



ricano de Psicologia ULAPSI (União Latino-Americana de Entidades de Psicologia) foi outra ação de 2009. Os desafios colocados pelo aumento da longevidade nortearam as discussões do Congresso, realizado entre os dias 3 e 5 de novembro de 2009, em São Paulo, com o objetivo de avançar no exercício dos direitos humanos, na qualidade de vida, na esperança de felicidade e bem-estar dos milhões de homens e mulheres em processo de envelhecimento.

Como resultado do Seminário Nacional de Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2008, em Brasília, o CFP lançou em 2009 a publicação "Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social".

1.7 Álcool e outras drogas

Por um tratamento humano

Seguindo o comprometimento do tema no Sistema Conselhos de Psicologia a partir do Seminário nacional subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras, realizado em novembro de 2008 em Brasília, foi instituído, na Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (Apaf) de maio de 2009, um grupo de trabalho (GT) para cuidar da temática.

O GT produziu o documento "Cuidado das pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas em interface com a luta antimanicomial" e teve três eixos como referências: Rede de interesses; Fragilidade das políticas públicas e Afirmação da política de direitos do cidadão usuário.

No documento, o Sistema Conselhos de Psicologia reforça o cuidado aos usuários de substâncias psicoativas (SPAs) em acordo com políticas de saúde de caráter antimanicomial, preservando o direito a não discriminação e contrapondo visões que definem todos os usuários de SPAs como doentes, dependentes químicos. O documento também estabelece dez propostas de ações para o tema.

A 6ª edição da Revista Diálogos, impressa em dezembro de 2009, tratou do tema Álcool e outras drogas, que esteve presente na mídia ao longo de todo o segundo semestre de 2009, especialmente em relação a uso, tratamento e prevenção ao crack, cujo uso foi apontado como crescente em todas as regiões do país.

O CFP participou das mobilizações pela liberdade de quatro estudantes de psicologia presos durante o XXII Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), defendendo a garantia dos Direitos Humanos dos cidadãos usuários de drogas e argumentando que a condução dada ao caso não deixava claras quais foram as razões e as circunstâncias que conduziram a configuração da acusação como tráfico e formação de quadrilha e não como uso de maconha. Tal preocupação teve como base o que o CFP considerou uma das mudanças mais significativas na nova lei de drogas do Brasil: a diferenciação das penas atribuídas ao uso e ao tráfico de drogas, sendo a pena de prisão prevista somente para os casos de tráfico.

Em 27 de agosto, o Conselho publicou manifesto sobre o tema ao lado do CRPs 03 e 04 e da coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia, no qual defenderam o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a cidadania e a saúde dos usuários, e procuraram tornar visíveis temas como a rede de interesses que existe em torno do tráfico e ao necessidade de cumprimento da lei que descriminaliza os usuários.



1.8 Criança e Adolescente



A discussão sobre o posicionamento da Psicologia em relação à escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência marcou o ano de 2009. O seminário nacional realizado em agosto lotou o local do evento, no Rio de Janeiro, e enfocou a necessidade de fortalecimento da Rede de Proteção e confirmou a resistência da Psicologia em atuar na metodologia de inquirição chamada Depoimento Sem Dano.

A VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em dezembro, aprovou moção contra o Depoimento Sem Dano, proposta pelos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social. O texto, que obteve 154 assinaturas, repudia a instalação da metodologia e das salas de inquirição especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual e aponta que essa forma de inquirição está sendo adotada em vários estados brasileiros sem que a discussão sobre seus impactos tenha sido concluída.

A Psicologia participou de todo o processo da conferência, discutindo políticas públicas e qualidade da atuação dos psicólogos nessa área.

Uma publicação foi preparada para subsidiar os debates do Seminário Nacional, com o título *Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes em situação de violência e a rede de proteção*.

O CFP ocupou a Secretaria de Articulação do Fórum Nacional DCA ao longo de 2009 e integrou a Coordenação Colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

O CFP participou do Secretariado do Fórum Nacional DCA na gestão 2008/2009, ocupando a Secretaria de Articulação, e realizou diversas atividades em temas como Depoimento sem dano, Educação, Classificação Indicativa, Campanha contra a redução da maioridade penal, Monitoramento de Projetos de Lei que tratam dos direitos da criança e do adolescente.

Também houve participação e organização de diversos eventos, tais como o Fórum Social Mundial 2009, o encontro do Fórum DCA com Adolescentes, a Oficina de Monitoramento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Sinase

A Câmara dos Deputados aprovou, em 2 de junho, o Projeto de Lei nº 1.627/2007, que cria o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta as medidas aplicáveis nos casos de adolescentes em conflito com a lei. A matéria precisa ainda ser votada pelo Senado antes de tornar-se lei.

O PL aprovado na Câmara, um texto substitutivo à proposta original, teve autoria da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que incorporou alguns – mas não todos – os questionamentos feitos pelo CFP a seu relatório.

O Sinase é, atualmente, uma política pública oriunda de construção coletiva dos membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente que vem sendo implementada desde 2006. O PL busca institucionalizá-la, para que seja fortalecida.

1.9 Assistência Social

O CFP integrou a Coordenação do Fórum Nacional de Assistência Social, tendo participado da Conferência Nacional de Assistência Social e acompanhado as discussões a respeito do Projeto de Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do Projeto de Lei que trata da regulamentação da certificação das entidades de assistência social, defendendo a ampliação do controle social e da participação dos usuários nas discussões políticas.

1.10 Psicologia em interface com a Justiça

O Seminário Nacional Psicologia em Interface com a Justiça e Direitos Humanos: um compromisso com a sociedade foi realizado entre 19 e 21 de novembro de 2009, em Brasília. Os participantes salientaram a necessidade de posicionamento crítico do psicólogo frente às demandas do Sistema de Justiça, não apenas no que tange ao seu conhecimento técnico, mas, sobretudo, à implicação do uso do saber da Psicologia na manutenção de práticas classificatórias e autoritárias que, por vezes, acabam por restringir situações complexas à letra da lei, limitando possibilidades mais plurais de compreensão dos cenários em questão. Dessa forma, foi apontada a necessidade de avaliação permanente da atuação do psicólogo e o diálogo constante com os diversos segmentos do universo jurídico.

Exame Criminológico

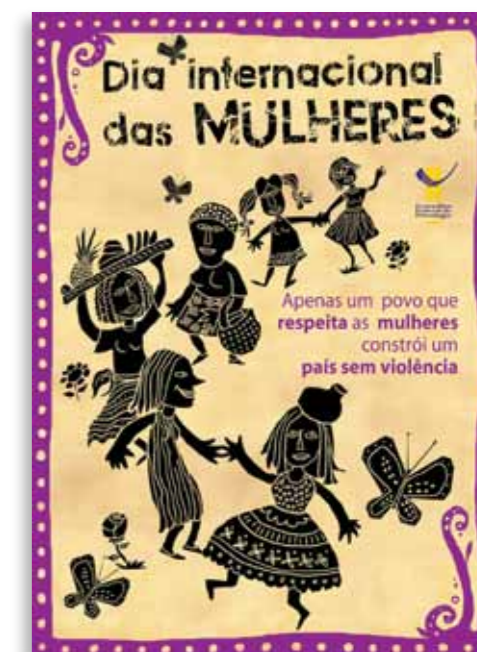
A fim de sistematizar as contribuições dos Conselhos Regionais de Psicologia e elaborar minuta de Resolução sobre a prática psicológica no Sistema Prisional, a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2009 decidiu criar um grupo de trabalho (GT), como participação do Conselho Federal de Psicologia e dos CRPs 01, 05, 06, 07 e 11.

Os CRPs irão trabalhar as discussões nos plenários e encaminhá-las ao GT para a sistematização das contribuições na minuta de Resolução, que deverá ser aprovada na Apaf de maio de 2010.

1.11 Mulheres

Sabendo que desigualdade de gênero é fator estruturante de práticas violentas, relacionadas aos vários contextos em que a mulher tem sido explorada e objetificada, o Conselho Federal de Psicologia entende que a questão da violência contra a mulher não pode ser vista como problema exclusivo das mulheres, e sim como problema social, que tem repercussões em várias esferas da gestão pública, entre elas saúde, segurança, justiça, educação e economia.

Em 2009, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) deu início à produção de um documento de referências para a prática dos psicólogos que atuam em programas de atenção à mulher em situação de violência. A escolha do tema reflete compromisso político com a luta das mulheres e foi definido coletivamente pelo Sistema Conselhos. O texto tem previsão de publicação em 2010. Está previsto, também, para acontecer em 2010, o debate on line sobre o combate à violência contra a mulher.



Para marcar a data de 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, o CFP produziu cartaz e convidou todos os psicólogos e psicólogas do Brasil ao engajamento nessa luta no combate à violência contra a mulher, no contexto do compromisso da profissão com os direitos humanos e da necessidade de construção de valores sociais que respeitem a todos e todas os seres humanos, resguardados por políticas públicas que garantam às mulheres segurança e igualdade.

Como resultado dessa atuação na área, em 2009 o CFP tornou-se observador no Conselho Nacional de Defesa da Mulher, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

1.12 Emergências e desastres

O texto sobre emergências e desastres publicado nas páginas centrais do primeiro Jornal do Federal de 2009 apontava que a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento dos problemas ambientais e de emergências e desastres por meio da intervenção em populações vulneráveis, sobretudo na construção da percepção de risco, além das atividades pós-desastres, contribuindo com o acesso das populações afetadas às políticas públicas. Também pode atuar na reflexão crítica sobre as formas de ocupação dos espaços e de mobilidade urbana.

Ao longo do ano, o trabalho na área intensificou ações para contribuir nas situações de emergências e desastres, em busca de superar a atuação do psicólogo vista como restrita ao trabalho em relação ao sofrimento pós-desastre e expandindo-a também para as fases de prevenção, preparação, respostas e reconstrução.

O CFP e a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep) firmaram protocolo de intenções para mobilização à 1ª Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária – por uma ação integral e contínua, prevista para março de 2010, com o objetivo de envolver a sociedade na discussão de como minimizar os efeitos das condições relacionadas a emergências e desastres, aumentando a percepção de risco. O protocolo de intenções prevê parceria para articulação nas etapas municipais preparatórias à Conferência Nacional, com a presença da Psicologia nos debates.

Para integrar os diversos saberes existentes na sociedade para a construção de comunidades mais seguras, foi realizado, entre os dias 17 e 20 de novembro de 2009, em São Paulo, o V Seminário Internacional de Defesa Civil (Defencil), com debates preparatórios para a conferência.

Entre os dias 3 e 5 de dezembro de 2009, psicólogos latino-americanos estiveram reunidos, em Santiago, no Chile, para discutir o tema das emergências e desastres no 2º Encontro Latino-Americano de Psicologia em Emergências e Desastres.

1.13 Saúde

Marcha conquista IV Conferência Nacional de Saúde Mental

Organizada pela Rede Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila) com apoio do Conselho Federal de Psicologia, a Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial reuniu, no dia 30 de setembro, em Brasília, cerca de 2,3 mil manifestantes.

A marcha teve como objetivos a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) ressaltando o papel fundamental que o SUS tem na Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, que é oferecer estrutura adequada e melhores condições de atendimento para tratamento de portadores de sofrimento mental; defender o cumprimento da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/01); reivindicar a realização da IV Conferência Nacio-

nal de Saúde Mental e exigir a efetiva implantação do Programa de Volta para Casa, criado pelo Ministério da Saúde em 2003.

A Marcha gerou conquistas importantes para o campo da Saúde Mental, como a convocação para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental pela presidência da República, que posteriormente obteve apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas).

O Conselho Federal de Psicologia colaborou com a estrutura da marcha, produziu cartazes, panfletos, camisas e o blog da marcha (<http://marchadosusuarios.blogspot.com>) com informações sobre o que estava sendo preparado e as atividades esperadas para o dia.

Não ao Ato Médico!

Com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei do Ato Médico (PLC nº 7.703-C/2006 e PLS nº 268/2002), que restringe aos profissionais da Medicina práticas atualmente realizadas por diversos profissionais da saúde, o Conselho Federal de Psicologia retomou as articulações contra a aprovação do PL com outros conselhos profissionais e com o Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área da Saúde (Fentas).

A articulação produzirá nova campanha contra o PL, em 2010. Em 2009, já foram levadas faixas à Confecom.

O foco do discurso do CFP vem sendo a possibilidade de trabalho multidisciplinar e multiprofissional no Sistema Único de Saúde, uma conquista do povo brasileiro que precisa ser defendida.

O CFP retomou o site de mobilização contra o Ato Médico (www.naoaoatomedico.org.br) e, além disso, produziu panfleto distribuído na Conferência Nacional de Comunicação.

O Sistema Conselhos de Psicologia produziu na Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2009, o Manifesto do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o substitutivo da câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 268 de 2002 (nº 7.703/2006, naquela Casa) que dispõe sobre o exercício da Medicina.

Revisão do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde

O Conselho Federal de Psicologia participou, em 2009, do Grupo Técnico de Revisão do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que delimita a cobertura mínima obrigatória para cada segmentação de planos de saúde. O grupo é da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), responsável pela formulação de propostas para a próxima revisão do rol, que foi lançada no início de 2010.

A principal pauta do CFP no grupo foi ampliar o espaço de atenção à saúde mental na saúde suplementar.

Os pontos mais difíceis da negociação com a ANS foram relativos à limitação do número de consultas e de atendimento em saúde mental e à manutenção da coordenação das ações em saúde exclusivamente pelo médico assistente. Para o CFP, a quantidade de consultas, atendimentos e procedimentos deveria responder à necessidade de cuidado dos usuários, e não estar limitada previamente em função de necessidades do mercado.



Participação no Conselho Nacional de Saúde

O Conselho Federal de Psicologia participou de atividades no Conselho Nacional de Saúde (CNS), no qual assumiu a vaga de primeiro suplente, tendo a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi) como titular.

Ao longo do ano, o CFP manteve participações nas seguintes comissões:

- Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – Maria da Graça Marchina Gonçalves;
- Comissão Intersetorial Permanente de Trauma e Violência – Cynthia Ciarallo;
- Comissão Intersetorial de Saúde Mental – Maria Ermínia Ciliberti;
- Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materno e Neonatal – Clara Goldman (titular) e Monalisa Barros (suplente);
- Comissão Permanente de Saúde Suplementar – Christina Veras.

Teste rápido de HIV

O Ministério da Saúde, pela Portaria nº 2.104/02, autorizou a aplicação do teste rápido de HIV por profissionais de saúde, inclusive por psicólogos, desde que habilitados em curso específico. O teste tem como objetivo a realização de diagnóstico rápido da doença. Em 2009, o CFP instituiu grupo composto por conselheiras federais, com o intuito de ampliar a discussão, analisar a possibilidade de aplicação do teste por psicólogos e avaliar se o psicólogo está ou não obrigado a realizar o procedimento.

1.14 América Latina



III Congresso da Ulapsi

Aconteceu entre os dias 9 e 11 de setembro de 2009 o III Congresso Latino-Americano de Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), na Cidade do México. O Conselho Federal de Psicologia, junto com cinco Conselhos Regionais de Psicologia, e mais 12 entidades brasileiras, levaram ao congresso 22 mesas de debate.

O Brasil se destacou com a eleição, para a secretaria executiva da Ulapsi, da psicóloga brasileira e ex-presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Bock, pelo período de setembro de 2009 a abril de 2012. A psicóloga Roberta Azzi foi escolhida, por unanimidade, como representante do país no Conselho Executivo da Ulapsi.

1.15 Diversidade Sexual

10 anos da Resolução 001/99 celebrados com eventos e prêmio

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) recebeu, em 18 de abril de 2009, o Prêmio ABGLT de Direitos Humanos, pelos esforços realizados em prol da promoção da cidadania da população LGBTQT. De acordo com Toni Reis, presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a oferta do prêmio foi motivada por três ações do Conselho: a publicação da Resolução 001/99, que proibiu o tratamento, pelos psicólogos, da homossexualidade como doença; a contestação, baseada nessa mes-

ma Resolução 001/99, da decisão do Vaticano de recorrer a psicólogos para avaliar se os candidatos a entrar nos seminários da Igreja Católica são homossexuais e a publicação do caderno Adoção: um direito de todos e todas, sobre a adoção de crianças por casais homoafetivos e pessoas de orientação homossexual.

O prêmio foi entregue no contexto da comemoração dos dez anos da Resolução 001/99. De forma pioneira, essa resolução determinou que, com seus conhecimentos, os psicólogos se recusassem a contribuir para a patologização de comportamentos homoeróticos, ou seja, considerou antiético o psicólogo tratar a homossexualidade como doença. Da mesma forma, determinou que o psicólogo não poderia indicar aos homossexuais qualquer tipo de “tratamento” ou “cura” para sua orientação sexual.

Os 10 anos da resolução ganharam espaço na mídia impressa, rádio e agências de internet de todo o Brasil. O CFP confeccionou faixas sobre a data, enviadas aos Conselhos Regionais para utilização em eventos e em suas sedes.

Processo transexualizador foi outro tema desenvolvido ao longo de 2009, tratado pelo GT criado pela Apaf em 2008, que realizou pesquisa sobre o processo para, posteriormente, poder apresentar orientações aos psicólogos para atuação nas cirurgias de troca de sexo, nas quais o profissional da psicologia identifica se o indivíduo é do gênero masculino ou feminino.

Está prevista, para 2010, a realização de Seminário Nacional sobre diversidade sexual.

1.16 Psicologia Crítica do Trabalho



Com o intuito de organizar e sistematizar o conhecimento produzido na área, o Sistema Conselhos de Psicologia realizou o Seminário Nacional Psicologia Crítica do Trabalho na Sociedade Contemporânea, nos dias 6 e 7 de novembro de 2009, em Belo Horizonte. As palestras foram transmitidas ao vivo pela internet e acompanhadas, em média, por 400 pessoas por dia, on line, e 200 presencialmente.

As discussões do seminário tiveram três eixos norteadores: (a) O trabalho do profissional psicólogo – construindo uma posição crítica; (b) Crise, trabalho e sociedade: economia solidária como uma perspectiva para a humanidade e (c) Saúde do trabalhador: dignidade, qualidade de vida no mundo do trabalho.

Para avançar com as contribuições da Psicologia no campo do trabalho será criado um fórum de debate on line e será formada comissão para articular com o Ministério da Saúde a participação da Psicologia na construção do protocolo dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho.

Resolução 001/99



Além de trazer a Associação Brasileira do Ensino de Psicologia (Abep) para discussão da formação na área, encaminhou-se o desenvolvimento, pela Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), de pauta que incluía temas como precarização do trabalho, jornada e controle social.

Ficou acertada ainda a realização de encontro em conjunto com universidades, para permitir o aprofundamento do debate, apresentar experiências e reunir pessoas que estejam tratando de temas como saúde do trabalhador, economia solidária, desemprego e políticas públicas.

Foram produzidos diversos materiais gráficos sobre o seminário: cartaz, folder, banner, adesivo e convite eletrônico. Além disso, foi criado o hotsite (<http://trabalho.pol.org.br>) do evento.

Por entender a importância da legislação como um dos mecanismos democráticos para assegurar os direitos trabalhistas dos psicólogos, bem como condições de trabalho para a categoria, o Conselho Federal de Psicologia tem acompanhado os projetos de lei em tramitação na Câmara Federal e no Senado Federal referentes ao tema (PL 1.858/1991, PL 3.338/2008, PL 5.440/2009). As ações nesse âmbito ocorrem em parceria com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), entidade responsável legalmente por essas questões.

Ao longo de 2009, o Sistema Conselhos realizou eventos em conjunto com a Federação Nacional dos Psicólogos e eventos preparatórios para o IX Congresso Nacional da Federação, fomentando o debate sobre o Mundo do Trabalho e com a eleição de delegados para o Congresso da Fenapsi.

1.17 Segurança pública

Relacionar a perspectiva de intervenção sobre os indivíduos com as condições objetivas de vida da população, entendendo o mundo psicológico como atrelado ao mundo social, é um dos pontos de partida para a intervenção da Psicologia no campo da Segurança Pública, em diálogo com a sociedade civil e com os trabalhadores da área.

Com esse olhar, o CFP realizou, em julho de 2009, o Seminário Nacional Segurança Pública e Construção de Subjetividades, evento preparatório da I Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). Segurança Pública e Construção de Subjetividades foi também o título do Caderno Temático que a Psicologia preparou para subsidiar a conferência, da qual participaram psicólogos e psicólogas.

O CFP entende que a discussão acerca da segurança pública deve ser concebida com base no fortalecimento de laços sociais e na garantia de direitos humanos fundamentais, os quais, por sua vez, são negociados na esfera jurídico-política da sociedade.

1.18 Crepop

Sugeridos pelo Conselho Consultivo do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) e aprovados pela Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de Psicologia (Apaf), os temas que orientaram as investigações de 2009 foram:

- Atuação de psicólogos(as) em políticas públicas de educação básica;
- Atuação de psicólogos(as) em políticas públicas sobre álcool e outras drogas;

c) Atuação de psicólogos(as) em políticas públicas de mobilidade urbana, transporte e trânsito;

d) Atuação de psicólogos(as) no Sistema Único de Assistência Social (Suas) – Proteção Social.

Foram realizados levantamentos de convenções, tratados e legislação de cada área e efetuadas pesquisas com participação de centenas de psicólogos, que resultaram em relatórios quantitativos <http://crepop.pol.org.br>.

Os sistemas de pesquisa e de consultas públicas on line foram desenvolvidos pelo setor de informática do CFP.

Página do Crepop na internet: <http://crepop.pol.org.br>

Participantes das pesquisas on line:

Educação Básica – 302

Álcool e outras drogas – 346

Mobilidade Urbana, Transporte e trânsito – 221

SUAS - Proteção Social Especial – 467

Total de participantes das pesquisas on line: 1.336

Relatórios qualitativos das pesquisas publicados:

- Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) no campo das DST/Aids;
- Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) nos Caps;
- Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto;
- Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) no Sistema Prisional;
- Práticas profissionais do(a) psicólogo(a) em Serviços de Unidade de Internação;
- Prática Profissional do(a) Psicólogo(a) nos Serviços de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e Suas Famílias.

1.19 Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos

Evolução do Cadastro Nacional:

Em 2009 o sistema Siscaf, que viabiliza o Cadastro Nacional de Psicólogos, foi instalado em todos os CRPs. Isso propiciou que o SCNP entrasse em funcionamento, mas não plenamente, ainda. Foram definidas novas fases para que o sistema entre em funcionamento com todos os recursos disponíveis:

1ª Fase – Disponibilização do Cadastro Nacional via web para os CRPs, Subsedes, Seções, Escritórios Setoriais, Profissionais e Pessoas Jurídicas;

2ª Fase – Reestruturação do ambiente de Tecnologia da Informação (TI) e preparação para o Recadastramento;

3ª Fase – Recadastramento.



2 Orientação e fiscalização do exercício profissional

2.1 Avaliação psicológica

A Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica foi expandida com a inclusão de dois novos membros. No ano de 2009, essa comissão realizou cinco reuniões presenciais e seis reuniões telefônicas.

Atividades da comissão:

- Realizou duas mesas redondas e uma reunião com os pareceristas ad hoc durante o IV Congresso Brasileiro de Avaliação Psicológica (Ibap), em Campinas-SP;
- Fez melhorias no anexo da Resolução CFP 002/2003, que é a ficha utilizada para a avaliação dos testes psicológicos.
- Avaliou dez testes psicológicos. Destes, sete receberam parecer favorável e três receberam parecer desfavorável. Há ainda 14 testes em análise.

A comissão ainda recebeu oito instrumentos para verificar se são testes psicológicos, e, após análise, os instrumentos foram classificados como testes psicológicos, sendo, portanto, privativos dos psicólogos.

Essa comissão também realizou análise do Decreto nº 6.944/09 que regulamentou, entre outras questões, a avaliação psicológica em concursos públicos, por ele contrariar uma das resoluções do CFP. Assim, juntamente com a Polícia Federal, o CFP propôs nova redação para a norma, de maneira que fique consoante com as resoluções do CFP.

2.2 Ética

O Sistema Conselhos de Psicologia realizou dois importantes encontros em 2009: em março a Reunião Nacional das Comissões de Ética e, em julho, a Reunião Nacional das Comissões de Orientação e Fiscalização. Essas reuniões acontecem a cada biênio com o intuito de propiciar a troca experiências e um entendimento comum acerca das questões profissionais para as comissões do Brasil inteiro.

2.3 Processos éticos

Em 2009 o CFP realizou nove sessões de julgamento de processos éticos, nas quais 55 processos foram julgados.

2.4 Resoluções

O CFP publicou 16 resoluções em 2009, dentre as quais se destacam:

- Resolução 01/09: Torna obrigatório e dá referências para o registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos;

- Resolução 02/09: Altera a Resolução CFP 18/2008, que dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo;
- Resolução 06/09: dá novos prazos para a apresentação dos estudos referentes a padronização, validade e precisão dos testes favoráveis que já tiveram seus estudos vencidos;
- Resolução 07/09: Cria novas normas e procedimentos para a avaliação psicológica no trânsito;

- Resolução 10/09: Altera a resolução CFP 02/09.

Relação das Resoluções publicadas em 2009:

- Resolução 1/09: registro documental;
- Resolução 2/09: avaliação do porte de arma;
- Resolução 3/09: reformulação orçamentária;
- Resolução 4/09: criação de novos setores no CFP;
- Resolução 5/09: criação de limites para a anuidade;
- Resolução 6/09: fixação de novos prazos para os testes psicológicos;
- Resolução 07/09: definição de normas e procedimentos para a avaliação psicológica no trânsito;
- Resolução 08/09: reformulação orçamentária;
- Resolução 09/09: regulamentação de direitos e deveres dos funcionários;
- Resolução 10/09: acréscimo da resolução de avaliação para o porte de arma;
- Resolução 11/09: reformulação orçamentária;
- Resolução 12/09: regimento interno do CRP-05;
- Resolução 13/09: regimento interno do CRP-06;
- Resolução 14/09: reformulação orçamentária dos CRPs;
- Resolução 15/09: previsão orçamentária para 2010 CFP;
- Resolução 16/09: reformulação orçamentária CRP-11.

2.5 Título de especialista

Desde 2000, o Conselho Federal de Psicologia concede, por meio dos Conselhos Regionais, o título de especialista em Psicologia, que, diferentemente de um título acadêmico, objetiva atestar a especialização profissional do psicólogo. A concessão do título obteve avanços ao longo dos anos, como as parcerias para a realização das provas com entidades que também veem o título como referência para a qualificação profissional.

Em 2009, foi firmado convênio pioneiro com a Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar (SBPH) para a realização da prova dessa especialidade. A SBPH responsabilizou-se pelo conteúdo das provas e pela composição da banca avaliadora no último concurso para concessão do título de especialista em Psicologia Hospitalar que ocorreu no dia 6 de setembro de 2009 no Rio de Janeiro. Já o CFP, além de encarregar-se da logística e da divulgação do concurso, foi a instância recursal e deliberativa. A proposta do CFP é que, gradualmente, as organizações de profissionais de cada especialidade passem a realizar a prova em conjunto com o conselho.



O Concurso de Psicologia do Trânsito foi realizado com o objetivo de proporcionar mais oportunidades aos psicólogos que atuam nessa área. Esse concurso aconteceu em 11 estados brasileiros. No ano de 2010, o CFP pretende realizar um concurso em maio (somente de Psicologia do Trânsito) e outro em setembro durante o III CBP (todas as especialidades).

O concurso para a área do trânsito, em 2009, atendeu também a nova exigência, que amplia o reconhecimento social do título de especialista. As Resoluções 267/08 e 283/08 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) preveem que a partir de 2013 serão credenciados apenas os psicólogos portadores do título de especialista em Psicologia do Trânsito reconhecido pelo CFP.

Além disso, o CFP deu prosseguimento à pesquisa de avaliação do título de especialista, deliberada pelo VI Congresso Nacional de Psicologia.

Números

Desde a criação do título de especialista, o CFP já realizou seis concursos. Atualmente, cerca de 17,5 mil psicólogos possuem a titulação, nas diferentes especialidades.

Quantidade de psicólogos com o título de especialista e área:

Área de Especialidade	Experiência	Concurso	Curso de	TOTAL
	Profissional	de Provas e Títulos	Especialização	
Psicologia Escolar/Educacional	1.660	7	2	1.669
Psicologia Organizacional/Trabalho	2.211	18	0	2.229
Psicologia de Trânsito	657	35	0	692
Psicologia Jurídica	722	20	2	744
Psicologia do Esporte	31	6	14	51
Psicologia Clínica	8.968	42	268	9.278
Psicologia Hospitalar	1.419	4	289	1.712
Psicopedagogia	299	12	1	312
Psicomotricidade	153	6	0	159
Psicologia Social	490	3	0	493
Neuropsicologia	136	6	48	190
TOTAL:	16.746	159	624	17.529

2.6 Credenciamento dos cursos de especialização

A avaliação dos cursos de especialização credenciados pelo CFP é feita em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep). Para obter o credenciamento, o curso interessado solicita vistoria à Abep, responsável pela análise das condições de estrutura e funcionamento do curso, da qualificação do corpo docente e da grade curricular. A Abep envia relatório com as informações da avaliação para subsidiar a decisão sobre credenciamento, que cabe à Plenária do CFP.

Em 2009, foram credenciados ou reconhecidos 13 cursos de especialização.

2.7 Credenciamento de sites

No ano de 2009, o CFP renovou a comissão nacional de credenciamento de sites e, além disso, foi criado um GT de credenciamento de sites, com os objetivos listados a seguir:

- contemplar novas tecnologias na Resolução;
- aperfeiçoar as ferramentas de segurança;
- garantir ao usuário dos serviços maior facilidade de acesso às informações necessárias sobre o psicólogo, o tipo de serviço e segurança do site;
- estabelecer, de forma clara, critérios para o credenciamento; revisão do fluxo para obtenção do credenciamento.

O GT também ampliou os debates, mapeou as dificuldades vivenciadas pelos CRPs e organizou práticas relativas ao exercício da Psicologia mediada por computador.

Os membros participantes do GT (CRPs 01, 05, 06, 11, 12 e CFP) sistematizaram as contribuições de todos os CRPs e do CFP com o intuito de alterar a Resolução CFP 012/2005, que regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador. As alterações serão apreciadas na Apaf de maio de 2010.

A Comissão de Credenciamento de Sites do CFP avaliou 124 sites em 2009:

- Aprovados: 23 sites
- Reprovados: 47 sites
- Em análise nos CRPs: 54 sites

2.8 Alteração na Lei nº 5.766/71

A Assembleia das Políticas, Administração e das Finanças (Apaf) de dezembro de 2008 indicou algumas alterações no Projeto de Lei (PL) para atualização da Lei nº 5.766/71, que institui os Conselhos de Psicologia e apresenta diretrizes para seu funcionamento.

As alterações tiveram o objetivo de qualificar o texto, apresentado à Casa Civil da Presidência da República em fevereiro de 2009 pelo grupo de trabalho responsável pelo tema.

A Casa Civil enviou o PL no dia 07/12 ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, atualmente, ele tramita na Secretaria de Relações do MTE. Após ser apreciado pelo Ministério do Trabalho, irá para o Ministério do Planejamento e voltará à Casa Civil, para depois ser remetido ao Congresso Nacional. Alguns pontos foram alterados pela Casa Civil, sem que implicassem em modificações quanto ao conteúdo do texto. A expectativa é que o PL seja apresentado ao Congresso Nacional em 2010.

3 Publicações

3.1 Periódicos

Revista Psicologia: Ciência e Profissão

A revista Psicologia: Ciência e Profissão, devido à constância de sua periodicidade, à qualidade da gestão do processo editorial e à qualidade dos artigos publicados, foi aceita para ser incluída na base de dados SciELO, desde que sofra pequenos ajustes de forma. É importante ressaltar que a aceitação da revista sinaliza seu reconhecimento como periódico de alta qualidade, haja vista os critérios de exigência que são utilizados pelo comitê científico da SciELO para avaliação das revistas que se candidatam a entrar nessa base de dados acadêmica.

No ano de 2009 foram recebidos 210 artigos, 25% a mais do que em 2008. O CFP publicou quatro números da revista: 29.1, 29.2, 29.3 e 29.4, cada edição com 15 artigos, totalizando 60 artigos publicados no ano. Esse aumento é também forte indicador de reconhecimento por parte da comunidade científica e dos profissionais, pois evidencia que mais pessoas valorizam a revista a ponto de quererem seus trabalhos veiculados por ela.

Desde o mês de maio a publicação passou a utilizar o sistema Submission do SciELO – fruto de projeto da Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-PSI) – para o gerenciamento do processo editorial, que ganha mais agilidade e dá transparência ao processo de avaliação. A Ciência e Profissão foi a primeira revista da área da Psicologia a implantar e a utilizar o sistema.

Compõem a Comissão Editorial da revista: Acácia Aparecida Angeli dos Santos (indicada pelo CFP), Edla Grisard Caldeira de Andrada (indicada pelos CRs da região Sul); Henrique Figueiredo Carneiro (indicado pelos CRs da região Nordeste), Inara Barbosa Leão (indicada pelos CRs da região Centro-oeste), Iracema Neno Cecília Tada (indicada pelos CRs da região Norte) e Paulo Rogério Meira Menandro (indicado pelos CRs da região Sudeste).

Revista Diálogos

O Sistema Conselhos de Psicologia, no ano de 2009, retomou a produção da Revista Diálogos. Em sua sexta edição, lançada em novembro, a Diálogos reafirma o compromisso em abordar temas polêmicos em profundidade.

A revista nº 6 faz extensa abordagem do tema álcool e outras drogas em artigos, matérias, resenhas e entrevistas sobre o polêmico tema.



Jornal do Federal

O Jornal do Federal, publicação que reúne matérias e textos diversificados no âmbito da Psicologia e relata as atividades que envolvem o Sistema Conselhos de Psicologia, contou com quatro edições em 2009.



Novo informe on line e reestruturação do boletim Notícias do POL

Em 2009 foi criado o novo informe on line do Conselho Federal de Psicologia, o Boletim do CFP. Com periodicidade quinzenal, o informativo traz as notícias do CFP, as publicações produzidas e a agenda de eventos.

Além disso, o antigo Pol News foi reestruturado, passou a chamar Notícias do POL e a ser uma ferramenta para comunicados urgentes do CFP.

3.2 Projeto Memória da Psicologia

Em 2009, o GT do Projeto Memória voltou a se reunir, com foco na finalização das obras já aprovadas e avaliação de propostas pendentes dos subprojetos Pioneiros da Psicologia e Histórias da Psicologia no Brasil. Quatro obras já aprovadas por pareceristas estão em processo de edição pela editora Casa do Psicólogo e têm previsão de lançamento para junho de 2010.

O GT também começou a planejar as atividades dos 50 anos da Psicologia no Brasil, que serão celebrados em 2012.

3.3 Lista de relatórios de eventos e atividades publicados

Dezembro

- 1) A prática da Psicologia e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família;
- 2) Contribuições da Psicologia para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação;
- 3) Seminário Nacional do Ano da Educação Psicologia: Profissão na Construção da Educação para Todos;
- 4) Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia.

Agosto

- 5) Cadernos Temáticos da Conseg;
- 6) Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores;
- 7) Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção.

Julho

- 8) Publicação Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade.

Junho

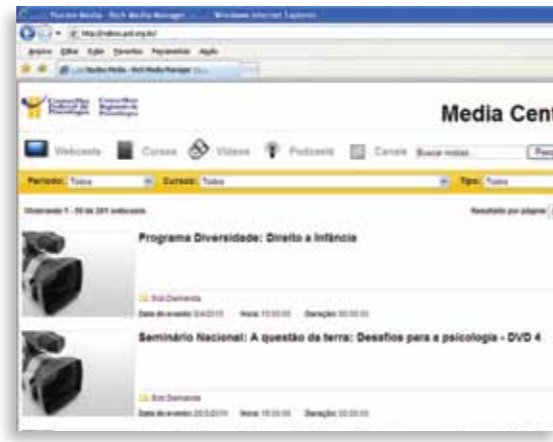
- 9) Publicação Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social;
- 10) Ano da Psicoterapia – Textos Geradores.

3.4 Publicações do Crepop

- 1) Referências Técnicas para a Prática do (a) Psicólogo (a) nos Programas de DST e AIDS;
- 2) Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo;

3.5 Digitalização de vídeos institucionais do Sistema Conselhos de Psicologia

Cumprindo decisão da Apaf, os vídeos institucionais do Sistema Conselhos de Psicologia foram disponibilizados pelo Setor de Informática para visualização e para baixar no computador (download) a partir da página POL. Ao todo, são 139 vídeos, totalizando 101 horas de programação. Endereço: <http://videos.pol.org.br>.



3.6 Sites, hotspots e sistemas para inscrição on line em eventos

Em 2009, o Setor de Informática do CFP construiu e alimentou as seguintes páginas na internet, hotspots e sistemas de inscrição on line de eventos:

Sistema de inscrição on line para eventos:

- a) Seminário nacional escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção;
- b) VI Seminário nacional de psicologia e direitos humanos: nenhuma forma de violência vale a pena;
- c) III Mostra regional de práticas em Psicologia;
- d) Seminário temático: segurança pública e construção de subjetividades;
- e) Seminário preparatório para a conferência nacional da comunicação;
- f) Seminário nacional Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos;
- g) Seminário nacional Psicologia crítica do trabalho na sociedade contemporânea;
- h) III Congresso Latino-Americano de Psicologia da Ulapsi;
- i) III Congresso ibero-americano de Psicogerontologia;
- j) X Congresso nacional de Psicologia escolar e educacional.

Apoio a instituições e entidades parceiras:

- a) BVS-PSI – <http://www.bvs-psi.org.br>
- b) PEPSIC – <http://pepsic.bvs-psi.org.br>

- c) Ética na TV – <http://www.eticanatv.org.br>
- d) Fórum DCA – <http://www.forumdca.org.br>
- e) Conferência de Comunicação – <http://comunicacao.pol.org.br>
- f) II Congresso da ULAPSI – <http://congresso.ulapsi.org.br>

Outros sites:

- <http://www.naoaoatomedico.org.br>
- <http://www.proconferencia.com.br>
- <http://www.mndt.org.br>
- <http://www2.pol.org.br/satepsi>
- <http://www.cfp.org.br/selo>
- <http://www.crepop.pol.org.br>
- <http://www2.pol.org.br/desenvolvimento/concursos/psicohospitalar2009/>

3.7 Bvs-Psi Brasil e Bvs Ulapsi

O ano de 2009 caracterizou-se por muitas realizações e também mudanças no modo de funcionamento da BVS-Psi Brasil e da BVS ULAPSI.

No final do ano foi aprovado pelo CFP o projeto de instalação da versão completa do Portal, que tornará o PePSIC um portal integrado com os outros portais SciELO, permitindo a tão desejada reunião de todas as revistas de Psicologia em um único espaço virtual, integrando a bibliometria das revistas.

Atualmente, há BVS-Psi nacionais instaladas e aplicativos em operação na

Argentina, na Colômbia e no Peru. Chile, Cuba e Paraguai utilizam a base de dados da BVS ULAPSI e têm registros cadastrados e recuperados na meta busca. Durante o III Congresso da ULAPSI foram apresentadas as BVS-Psi da Argentina, da Colômbia, do Peru e o projeto da BVS-Psi Uruguai.

Em 27 de agosto, foi celebrado o Dia Nacional da BVS-Psi, com transmissão de palestra sobre o projeto, transmitida pelo IPTV do CRP03. Os CRPs 03 e 09 e diversas universidades promoveram ações especiais nesse dia. Foram elas: UFRGS, FACEX (RN), UFSC (SC), UCB (DF), CRP-09 (PR), Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC (BA), Mackenzie (SP), Fundação Bahiana para o Desenvolvimento das Ciências, PUC-RJ, Faculdade Dom Bosco (PR), UNIFACS (BA), Universidade Anhanguera – UNIDERRP (MS), UNIJUÍ (RS), UFPA (PA), UFMT (MT), Centro Universitário Anhanguera (SP), Unidade de Ensino Superior da Bahia – UNIRB (BA).

A partir de 2009 a coordenação técnica da BVS-Psi voltou a ter presença nas reuniões do FENBP para apresentação dos avanços e relatos das necessidades da BVS-Psi.

Dados do projeto:

Índice Psi Periódicos

- Total de títulos indexados: 212
- Total de registros: 32.545
- Registros incluídos no ano: 2.935
- Bibliotecários capacitados: 9

Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC

Portal PePSIC

	2009
Fascículos novos	243
Títulos novos	15
Total de títulos	82
Capacitação	2

Do total dos novos fascículos, 45 são de outros países da América Latina e foram preparados pelos três estagiários contratados pelo CFP com dedicação parcial (meio período) para o PePSIC.

Sistema PePSIC de Publicação (submission) – sistema para gerenciamento de revistas

	2009
Capacitações	15
Revistas	22
Revista certificada	1

Existem atualmente 22 revistas capacitadas para utilização do sistema, no entanto, apenas uma cumpriu com todos os requisitos de configuração e operação e já o utiliza para gestão editorial. Das demais revistas, 19 encontram-se em fases distintas de implantação e duas estão na fase final de certificação.

Teses

Total de registros: 6.037

Registros incluídos e revisados no ano: 310

ReBAP

Total de Bibliotecas: 160

Bibliotecas cadastradas no ano: 7

Trabalhos de Conclusão de Curso

Total de registros: 254

Registros incluídos no ano: 70

Índex Psi Livros

Total de registros: 2.312

Registros incluídos no ano: 99

Implementações no ano: Assinatura de termo de cooperação entre as editoras e a coordenação da BVS-Psi. Inclusão do link: “Livreria Virtual”, parceria com a All Books.

Videoteca Digital

Total de registros: 528

Registros incluídos no ano: 83

Eventos em Psicologia

Registros incluídos no ano: 157

Estações BVS-Psi

Conselho Regional de Psicologia – 3ª Região – BA/SE (2007);

Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região – SP (2007);

Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região – PR (2008);

Conselho Regional de Psicologia – 9ª Região – GO/TO (2008);

Conselho Regional de Psicologia – 10ª Região – PA/AP e Seções AM/RR (2009);

Conselho Regional de Psicologia – 15ª Região – Alagoas (2009).

4 Reuniões

Reuniões do XIV Plenário

O XIV Plenário do CFP, composto por 21 conselheiros, sendo nove efetivos, nove suplentes e três psicólogos convidados, realizou reuniões para discutir e encaminhar as políticas deliberadas pelo VI Congresso Nacional da Psicologia:

- a) 12 reuniões plenárias do XIV Plenário do CFP, sendo uma telefônica, dez em Brasília/DF e uma em São Paulo/SP;
- b) 22 reuniões de diretoria, sendo 11 presenciais e 11 telefônicas;
- c) 2 reuniões da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), em Brasília;
- d) 5 reuniões de presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia, sendo 2 presenciais e 3 telefônicas;
- e) 4 reuniões de tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia, sendo 2 presenciais e 2 telefônicas;
- f) encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização (Coes) do Sistema Conselhos de Psicologia;
- g) realização de 228 reuniões telefônicas em 2009, com total de 2.251 participantes.

Auditorias

Dos meses de janeiro a maio, foram realizadas 18 auditorias por empresa independente, conforme diretrizes do Tribunal de Contas da União, uma em cada CRP e uma no CFP, tendo sido a auditoria do CRP-09 dividida em duas etapas.

Apoio à realização do Congresso Nacional de Psicologia

Em maio de 2009 foi constituída a Comissão Organizadora Nacional do VII Congresso Nacional da Psicologia, a Comorg. O Núcleo de Apoio a Órgãos Colegiados (Naoc) secretaria os trabalhos da Comorg por meio de e-group e reuniões presenciais e telefônicas.

Em 2009 foram realizadas 4 reuniões da Comorg, sendo três telefônicas e uma presencial.

Documentos oficiais produzidos

- a) Relatórios – 11, referentes à realização do VII CNP, ao apoio aos GTs das Comissões Gestoras e alteração da Lei nº 5.766/71;
- b) Sínteses – 19, entre reuniões plenárias, Apafs e reuniões de presidentes;
- c) Atas – 19, entre reuniões plenárias, Apafs e reuniões de presidentes.

Total de documentos oficiais para arquivo do CFP: 49

4.1 Fóruns e representações

FENPB – Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

Representantes: Humberto Verona e André Leonardi

CONSELHINHO – Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde

Representante: Anice Holanda Nunes Maia

CONSELHÃO – Fórum Nacional dos Conselhos das Profissões Regulamentadas

Representante: Clara Goldman

FNDCA – Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente

Representante: Iolete Ribeiro

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Representante: Malu Moura

Fórum Permanente do Mercosul – Exercício Profissional – Ministério do Trabalho

Representante: Cynthia Corrêa Araújo Ciarallo

FNAS – Fórum Nacional de Assistência Social

Representante: Iolete Ribeiro

FNDC – Fórum Nacional de Democratização da Comunicação

Representante: Roseli Goffman

Coordenação Nacional de Mobilização pela Realização da Conferência Nacional de Comunicação

Titular da Comissão Organizadora da 1ª Conferência Nacional de Comunicação: FNDC – Roseli Goffman

FENTAS – Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde

Representante: Aparecida Rosângela Silveira

CNS – Conselho Nacional de Saúde

Representante: Aparecida Rosângela Silveira

Comissão Intersectorial Permanente de Trauma e Violência – CNS

Representante: Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo

CISM – Comissão Intersectorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde

Representante: Aparecida Rosângela Silveira

Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

Representantes: Clara Goldman Ribemboim (titular) Monalisa Nascimento dos Santos Barros (suplente)

Comissão Permanente de Saúde Suplementar – CNS

Representante: Christina Veras

Câmara Setorial de Serviços de Saúde – Anvisa

Representante: Christina Veras

Grupo de Trabalho Estudos e Contribuições sobre Qualificação de Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – ANS

Representantes: Christina Veras (titular)

Anice Holanda (suplente)

Grupo de Trabalho Revisão do Rol de Procedimentos – ANS

Representante: Anice Holanda

Câmara de Regulação do Trabalho no SUS – CRTS – Ministério da Saúde

Representante: Jureuda Duarte Guerra

Subgrupo de Acupuntura – CRTS-MS

Representante: Delvo Ferraz

ABPsicanálise – Articulação Brasileira da Psicanálise

Representantes: André Leonardi e Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues

Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária – Itamaraty

Representante: Elisa Zaneratto Rosa

Conselho Nacional Antidrogas – Conad – Presidência da República

Representantes: Mônica Gorgulho (titular)

Murilo Battisti (suplente)

Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI – SEDH – Presidência da República

Representante: Christina Veras

Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente – Denatran

Representante: Solange Félix

Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito

Representante: Andréa Nascimento

Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania

Representante: Ricardo Moretzsohn

Comitê Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional – CNPCT – SEDH – Presidência da República

Representantes: Maria Auxiliadora Arantes

Fernanda Otoni

Capacitação da Perícia Forense Brasileira – SEDH – PR

Representantes: Maria Auxiliadora Arantes

Fernanda Otoni

Janne Calhau

Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

Representante: Ana Luiza Castro

Comitê Gestor da Conferência Nacional de Direitos Humanos

Representante: Ana Luiza Castro

Comissão de Legislação Participativa

Representante: Cynthia Ciarallo

Secretaria Executiva III CBP

Representantes: Maria da Graça Gonçalves e André Leonardi

Comissão Científica III CBP

Representante: Acácia Aparecida Angeli dos Santos (coordenadora)

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM – SPM – Presidência da República

Representante: Clara Goldman

5 Manifestos

a) CFP assina manifesto em defesa dos direitos sociais básicos sob ameaça na reforma tributária - http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_090326_002.html

b) Seminário Mídia e Psicologia: manifesto em prol da democratização dos meios de comunicação - http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_070630_810.html

c) Manifesto publicidade infantil não
http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_091223_001.html

d) CFP divulga nota de repúdio à construção do complexo penitenciário em Ribeirão das Neves (MG) - http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_090402_001.html

e) CFP assina nota de apoio à TV pública
http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_080214_917.html

f) Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP publica carta aberta de solidariedade à família do menino João Hélio Fernandes Vieites, assassinado em 2/2/2007
http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_070223_713.html

g) Nota das entidades brasileiras filiadas à ULAPSI sobre a realização do III Congresso, no México - http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_090707_001.html

h) Nota pública da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP sobre condenação judicial de hospital psiquiátrico em Sorocaba, SP
http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticia_090210_001.html

i) Nota de repúdio contra a violência vivida por crianças e adolescentes no Distrito Federal

j) Manifesto do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o PL do Ato Médico
http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/noticias/noticiaDocumentos/091215_Posicionamento_ato_medico.PDF

6 Administrativo-financeiro

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
CONTAS DE RECEITAS	Previsão	Execução	Diferença
Receitas Correntes	13.834.399,56	13.730.284,38	(104.115,18)
Receita de Contribuições	-	-	-
Receita Patrimonial	650.500,00	1.098.423,66	447.923,66
Receita de Serviços	30.000,00	14.217,70	(15.782,30)
Transferências Correntes	12.985.189,56	12.366.784,90	(618.404,66)
Outras Receitas Correntes	168.710,00	250.858,12	82.148,12
Receitas de Capital	5.060.000,00	50.000,00	(5.010.000,00)
Operações de Crédito	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos	60.000,00	50.000,00	(10.000,00)
Transferência de Capital	-	-	-
Outras Receitas de Capital (superávit proposto)	5.000.000,00	-	(5.000.000,00)
TOTAL DA RECEITA	18.894.399,56	13.780.284,38	(5.114.115,18)
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			
CONTAS DE DESPESAS	Previsão	Execução	Diferença
Despesas Correntes	18.354.399,56	12.533.749,78	5.820.649,78
Despesas de Custeio	11.588.475,21	10.611.162,27	977.312,94
Transferências Correntes	6.765.924,35	1.922.587,51	4.843.336,84
Despesas de Capital	540.000,00	301.621,59	238.378,41
Investimentos (aquisição de equipamentos)	350.000,00	112.572,59	237.427,41
Inversões Financeiras (aquisição de imóveis)	-	-	-
Transferências de Capital	190.000,00	189.049,00	951,00
TOTAL DA DESPESA	18.894.399,56	12.835.371,37	6.059.028,19
Superávit (Receitas menos despesas)	-	944.913,01	(944.913,01)

Em 2009, a receita atingiu R\$ 13.780.284,38, representando 72,93% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 12.835.371,37, que representam 67,93% do fixado, obtendo-se assim um superávit orçamentário no exercício no montante de R\$ 944.913,01.

Comparando-se a execução orçamentária dos exercícios de 2008 e 2009, verifica-se que o crescimento da receita foi de 2,55% enquanto que a despesa apresentou redução de 19,37%. Destaca-se que a redução na despesa no percentual apresentado deve-se ao fato da aquisição da nova sede que ocorreu no exercício de 2008.

Na análise patrimonial, durante o exercício o Conselho Federal obteve um superávit patrimonial de R\$ 1.134.092,53, aumentando o seu patrimônio líquido em 7,29%.

Auditoria

Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pela empresa ViaConsult – Auditoria, Consultoria e Treinamento Ltda, abrangendo o exercício de 2008, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

7 Assessoria Parlamentar

A CORTÊS E ZUPIROLI ADVOGADOS ASSOCIADOS continuou prestando assessoria parlamentar ao CFP durante o ano de 2009.

A Assessoria Parlamentar do CFP é responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. Periodicamente, é enviada ao CFP uma tabela contendo as principais informações de todos os projetos relacionados com a Psicologia.

A Assessoria também produz notas técnicas sobre projetos e acompanha os conselheiros em audiências ou reuniões no Congresso para tratar de projetos de lei.

8 Nova Sede

Em 2009, foram realizados o projeto executivo da obra e as licitações para viabilizar contratações. O início das obras de reforma ocorreu em novembro de 2009.



9 Assessoria Jurídica

Ações e atividades da Consultoria Jurídica do Conselho Federal de Psicologia no ano de 2009:

- 1 – Desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses em Brasília-DF e excepcionalmente em todo território nacional;
- 2 – Assessoramento jurídico ao Plenário, à Diretoria e a demais setores do Conselho Federal de Psicologia;
- 3 – Elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias e outros);
- 4 – Assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;
- 5 – Acompanhamento judicial de processos que tramitaram em outros estados da Federação.
- 6 – Elaboração de pareceres nos editais de licitação do Conselho Federal de Psicologia na modalidade Convite, Tomada de Preços e Pregão;
- 7 – Elaboração de Pareceres conclusivos sobre as diversas consultas formuladas, mormente sobre realização de procedimentos licitatórios, exercício profissional, procedimentos na área trabalhista, do pagamento das anuidades e assuntos correlatos, além de resposta a consultas formuladas pelos Conselhos Regionais de Psicologia;
- 8 – Treinamento dos Conselhos Regionais por intermédio do aperfeiçoamento das atividades das Comissões de Orientação e Ética dos Conselhos Regionais de Psicologia, ministrando curso acerca do processo ético;
- 9 – Participação no treinamento dos Conselhos Regionais no curso de aperfeiçoamento das Comissões de Orientação e Fiscalização;
- 10 – Acompanhamento das reuniões do fórum dos Conselhos Federais de Profissão Regulamentada;
- 11 – Elaboração de Projeto de Lei que altera a Lei nº 5.766/71 e participação nas reuniões com a Casa Civil;
- 12 – Assessoramento jurídico à Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf).

10 Corpo Funcional CFP 2009 em 31/12/2009

Coordenação Geral – CG

Yvone Magalhães Duarte

Secretaria da Coordenação Geral – SG

Clarissa G. Amaral T. Guerreiro

Tatiana Santos Freitas Queiroz Gomes

Coordenadoria Técnica - CT

Coordenadora: Polyana Marra Soares

Equipe: Fabíola Borges Corrêa

Adriana Lilian N. Queiroz

Camila Dias L. Alves

Daniela Ribeiro M. e Silva

Mirella Imbroisi

Samara F. de O. Nogueira

Romário Dias Santos

Coordenadoria Contábil-Financeira - CCF

Coordenador: Gilson de Souza Oliveira

Equipe: Paulo César Bonfim

Sílvia Vaz Ibiapina

Rosângela Duarte de Almeida

Ricardo Henrique Sousa Moreira

Coordenadoria de Comunicação Social – CCS

Coordenadora: Priscila Delgado de Carvalho

Equipe: André Luciano Barbosa

Lívia Domeneghetti Davanzo

Verônica Duarte R. de Araújo

Clélia da Conceição Lima

Pablo E. M. Ferreira

Coordenadoria Jurídica – CONJUR

Coordenador: Fernando Augusto Nazaré

Nermin Mohamed Aly A. Rehiem

Núcleo de Apoio aos Projetos de Gestão – NAPG

Coordenadora: Tânia Regina Zamberlam

Equipe: Ivone Marques R. Mello

Patrícia Camilo F. da Silva

Roger Cael de Magalhães Mello

Rodrigo da Silva Feitosa

Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados - NAOC

Coordenadora: Mariza Bezerra Guimarães Moreira

Equipe: Fabiana Cristina Guimarães de Lima

Carlene de Souza Dias Rezende

Veracy da Silva Fernandes

Setor de Apoio Administrativo – SAA

Coordenador: Wladimir Rogério dos Reis

Equipe: Antônio Carlos Everton Muniz

Ronaldo Firmo Furtado

Fábio Almeida da Trindade

Eduardo de Jesus Souza

Caleb Oliveira Freitas

Daisy Lima Bispo de Oliveira

Antônio Caldas Serafim Sobrinho

Samuel Cardoso de Souza

Setor de Informática – SI

Coordenador: Elton Ramos da Silva

Equipe: Alexandre Oliveira Fonseca

Leomar da Silva Santana

Farael Rezend

Leomar da Silva Santana

Rafael Rezendo Linares Junior

Gedalias Hugo de Oliveira Valentim

Inaldo Ramos Ribeiro

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP

Coordenador: Romeu Olmar Klich

Equipe: Natasha Ramos Reis da Fonseca

Mateus de Castro Castelluccio

Raquel de Souza Barbosa Silva

Assessoria de Projetos Especiais

Carolina Pereira Barbosa

Carmem Regina Ribeiro

Márcia Machado

Michael Molinari de Andrade

RELATÓRIO DE GESTÃO – Gestão 2009

Conselho Federal de Psicologia – XIV Plenário

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte

Maria Christina Barbosa Veras
Secretária Região Nordeste

Alexandra A. Anache
Secretária Região Centro-Oeste

Elisa Zaneratto Rosa
Secretária Região Sudeste

Deise Maria do Nascimento
Secretária Região Sul

CONSELHEIROS SUPLENTE

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Andréa dos Santos Nascimento

Aparecida Rosângela Silveira

Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues

Jureuda Duarte Guerra

Anice Holanda Nunes Maia

Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo

Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Marcos Ratinecas

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito

Roseli Goffman

Maria Luiza Moura Oliveira



**Conselho
Federal de
Psicologia**

